

RODRIGO PIRONTI

Coordenador

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SETOR PÚBLICO

1ª reimpressão

Belo Horizonte

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

© 2021 Editora Fórum Ltda.
2021 1ª Reimpressão

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico,
inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Ilustrações: Bruno Lanza

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

L525 Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público / Rodrigo Pironti
(Coord.). 1. Reimpressão. – Belo Horizonte : Fórum, 2021.

490 p; 14,5x21,5cm
ISBN: 978-65-5518-141-8

1. Direito Administrativo. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Público. I. Pironti, Rodrigo. II. Título.

CDD 341.3
CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte – CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PIRONTI, Rodrigo (Coord.). *Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público*. 1. Reimpr. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 490 p. ISBN 978-65-5518-141-8.

SUMÁRIO

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE UM ADEQUADO E EFETIVO PROGRAMA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA ANÁLISE DAS NECESSIDADES E POSSIBILIDADES A PARTIR DA LGPD

ANDRÉ LUIZ BÄUML TESSER 21

1 Introdução 21

2 Primeira premissa fundamental: o caráter *human centric* de um programa de proteção de dados pessoais 24

3 Segunda premissa fundamental: o caráter dinâmico de um programa de proteção de dados pessoais 32

4 Considerações finais 37

Referências..... 38

LGPD E INFRAESTRUTURA: O PRINCÍPIO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

AUGUSTO NEVES DAL POZZO 39

Introdução 39

1 Breves notas sobre o sentido jurídico de infraestrutura 40

2 O princípio da inovação tecnológica 44

4 Conclusão 48

Referências..... 49

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA NA LGPD

BEATRIZ FARIA DE ALMEIDA LOUREIRO, NICOLLE BLEME, RODRIGO FONTENELLE DE A. MIRANDA 51

1 Introdução 51

2 Governança em privacidade de dados..... 52

2.1 Políticas e procedimentos, *compliance* e práticas de administração de dados em vários níveis da organização 54

2.2 Gestão de riscos e resposta a incidentes 55

3 Boas práticas..... 56

3.1 Instituição de grupo de trabalho e indicação de encarregado..... 57

3.2 Gerenciamento de dados como um ativo 58

3.3 Inventário de dados 60

3.4 Consentimento..... 60

3.5 Canal para recebimento das requisições 61

3.6 Colaboradores treinados 61

4 Conclusão 62

Referências..... 63

IMPACTO DA LGPD E *COMPLIANCE* NO SETOR PÚBLICO: NECESSÁRIAS ADAPTAÇÕES CULTURAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FRENTE A UM CENÁRIO DE TRANSFORMAÇÃO CONTÍNUA PARA A MANUTENÇÃO DA BOA GOVERNANÇA

BRUNA TOLEDO PIZA MAGACHO, MELISSA TRENTO 65

1 Introdução 65

2 Governança 66

3 *Compliance*..... 68

4 LGPD..... 71

5 Culturas e cenários da boa governança 75

6 Considerações finais 78

Referências..... 79

O PAPEL DA TI NO PROCESSO DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO DE DADOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CHRISTIAN BACHMANN, ANA PAULA DE CAMPOS SERRATTO..... 83

Introdução 83

O primeiro ano da GDPR e a criação da LGPD 84

Gestão de privacidade da informação – da segurança e das boas práticas 86

O papel da TI na gestão de privacidade dos dados pessoais 90

Gestão de privacidade da informação – dos direitos do titular 91

Cenário atual da gestão de privacidade e segurança da informação pela Administração Pública..... 97

Considerações finais 99

Referências..... 99

LGPD X LAI: SINTONIA OU ANTAGONISMO?	
CRISTIANA FORTINI, GREYCIELLE AMARAL, CAIO MÁRIO LANA CAVALCANTI 101	
1	Introdução 101
2	Direito à privacidade e proteção de dados pessoais 103
3	Direito à informação e os contornos da Lei nº 12.527/2011 109
4	Lei de Acesso à Informação e Lei Geral de Proteção de Dados: convergências..... 110
5	O que então muda com a LGPD no âmbito da Administração Pública..... 114
6	Conclusão 120
	Referências..... 120
OS TRIBUNAIS DE CONTAS E OS REFLEXOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	
DAIESSÉ QUÊNIA JAALA SANTOS BOMFIM, RODRIGO PIRONTI 123	
	Referências..... 134
A RESPONSABILIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	
DANIELLE SANTI, MARCOS GUILHERME RODRIGUES MAFRA..... 137	
1	Introdução 137
2	Regime de responsabilização geral da LGPD 140
3	Normativas e orientações direcionadas para Administração Pública..... 143
4	Considerações finais 147
A IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE SENSIBILIZAÇÃO DA LGPD NAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS: O CASE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA	
DENISE DE SOUZA LUIZ FRANCOSKI..... 151	
1	Introdução 151
2	O projeto de sensibilização como ferramenta essencial no processo de conformidade da LGPD..... 154
3	A relevância da sensibilização “from the top” 157
4	As formas de efetivação do programa de sensibilização da LGPD nas organizações públicas: o case do TJSC 161
5	Conclusão 167
	Referências..... 169
A SAÚDE PÚBLICA E A LGPD: UM COMPLEXO, MAS NECESSÁRIO CENÁRIO DE ADEQUAÇÃO	
GIOVANNA TRAD, JOSENIR TEIXEIRA 171	
	Introdução 171
1	A saúde na Constituição Federal e a obrigação do Estado em disponibilizá-la à população..... 173
2	A saúde na LGPD..... 176
3	A proteção de dados pela Constituição 181
3.1	A proteção de dados por outros diplomas jurídicos..... 183
4	A obrigatoriedade de adequação das pessoas naturais e jurídicas – privadas e públicas – à LGPD..... 186
5	Especificidade da relação do Poder Público com os dados pessoais 189
6	Conclusão 196
	Referências..... 198
LGPD E ARBITRAGEM: NOTAS SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS NAS ARBITRAGENS ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA	
GUSTAVO JUSTINO DE OLIVEIRA, FELIPE RAZZINI..... 203	
1	A entrada em vigor da LGPD e os impactos para a arbitragem 203
2	Diretrizes de proteção de dados adotadas pela comunidade arbitral..... 206
2.1	A esfera internacional 206
2.2	A esfera nacional 209
3	Proteção de dados em arbitragens envolvendo o Poder Público: peculiaridades..... 210
4	Conclusão 215
	Referências..... 216
DESAFIOS DA LGPD E AS HISTÓRIAS NÃO CONTADAS DE EXPERIÊNCIAS EMOCIONAIS EM ESCALA MASSIVA: CONTROLE TECNOLÓGICO EM SERES HUMANOS COMO RATOS DE LABORATÓRIO	
IRENE PATRÍCIA DIOM NOHARA, FERNANDO MEDICI GUERRA MARTINS..... 219	
1	Introdução 219
2	O excedente comportamental..... 221
3	Casos não contados sobre a utilização do excedente comportamental para manipulação de comportamento humano .. 223
4	O importante passo da LGPD e seus desafios 231
5	Conclusão 233
	Referências..... 236

LGPD: O QUE MUDA NO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA?	
ISMAR DOS SANTOS VIANA, CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA 239	
	Introdução 239
I	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seus influxos na Administração Pública 242
II	A prevalência da competência sancionadora da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e os parâmetros definidores de responsabilização 246
III	A atuação em sistema de rede dos órgãos de controle: a compatibilidade do dever de defesa da probidade na gestão de recursos públicos com os limites inaugurados pela LGPD 249
	Conclusão 255
	Referências..... 255
PROTEÇÃO DE DADOS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO	
JOÃO PEDRO OLIVEIRA STRINGHETA, TATIANA CAMARÃO..... 259	
1	Introdução 259
2	A Medida Provisória nº 959/2020 gera um vácuo na implementação da Lei com consequências negativas para o processo 259
3	O Judiciário como precursor na implementação da LGPD..... 260
4	A implementação da LGPD no Poder Judiciário e os desafios enfrentados..... 262
5	Considerações finais 273
A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO SISTEMA S: ASPECTOS RELEVANTES	
JULIETA MENDES LOPES VARESCHINI..... 275	
1	Do regime jurídico aplicável ao Sistema S..... 275
2	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: aplicabilidade ao Sistema S 278
3	Conclusão 288
	Referências..... 289
A LGPD E SUA APLICAÇÃO NAS EMPRESAS ESTATAIS	
MARCELO ZENKNER, MÁRIO SPINELLI 291	
1	Governança e privacidade: uma breve introdução 291
2	Base legal para a aplicação da LGPD nas empresas estatais 294
3	Roteiro básico para adequação das empresas estatais à LGPD..... 295
4	A proteção de dados pessoais como elemento de um sistema de integridade empresarial estatal efetivo..... 298
5	Transparência <i>versus</i> proteção de dados pessoais: como resolver essa equação?..... 302
	Considerações finais 304
	Referências..... 306
REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS PARA O SISTEMA S, ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E OSCIPS: COMPARTILHAMENTO DE DADOS, GOVERNANÇA E A EXIGÊNCIA DO ENCARREGADO	
MARCOS EHRHARDT JÚNIOR, JOSÉ LUIZ DE MOURA FALEIROS JÚNIOR..... 307	
1	Introdução 307
2	O interesse público e sua realização para além das estruturas estatais 308
2.1	O Sistema S 311
2.2	Organizações Sociais e OSCIPs 312
3	Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais..... 314
3.1	Compartilhamento de dados 317
3.2	Governança de dados 321
3.3	O encarregado..... 327
4	Considerações finais 329
	Referências..... 331
CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS	
MARCUS VINÍCIUS REIS DE ALCÂNTARA, PAULO JOSÉ RIBEIRO ALVES 337	
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS APLICADA AOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES	
MAURÍCIO ZOCKUN, DIXMER VALLINI NETTO 351	
	Introdução 351
	A atividade notarial e de registro 353
	A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais 356
	LGPD aplicada aos notários e registradores 358
	Conclusão 364

A AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS: FUNÇÃO SANCIONADORA OU DE ACULTURAMENTO

NATANRRY REIS, GABRIEL CHEDE 367

1 Introdução 367

2 As principais funções de uma Autoridade de Proteção de Dados Pessoais 368

3 A experiência de autoridades de proteção de dados ao redor do mundo..... 370

4 Lacunas pendentes de regulamentação e o necessário viés orientador da ANPD..... 373

5 A ANPD e o desafio da criação da cultura da privacidade e proteção de dados no Brasil..... 374

Referências..... 376

BREVE ENSAIO SOBRE O ENCARREGADO DE DADOS (DATA PROTECTION OFFICER – DPO) E A ESTRUTURA RESPONSÁVEL PELO SISTEMA DE PROTEÇÃO E PRIVACIDADE DOS DADOS NO BRASIL

RODRIGO PIRONTI 379

1 A figura do encarregado de dados ou DPO (Data Protection Officer)..... 379

2 A estrutura da governança de dados: uma definição necessária 384

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS E O TRATAMENTO DE DADOS SENSÍVEIS PELA JUSTIÇA ELEITORAL

RODRIGO PIRONTI, EDUARDO RAMOS CARON TESSEROLLI 393

1 Aspecto fundamental da LGPD 393

2 Algumas definições de dados pessoais na LGPD..... 395

2.1 Dados da pessoa natural identificada ou identificável..... 396

2.2 Dados pessoais sensíveis..... 397

3 Base legal para o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis pela Administração Pública..... 398

4 Fundamentos jurídicos para o tratamento de dados sensíveis pela Justiça Eleitoral 401

Referências..... 404

O DIREITO À AUTODETERMINAÇÃO INFORMATIVA E A QUESTÃO DO CONSENTIMENTO NO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RODRIGO PIRONTI, MIRELA MIRÓ ZILIOOTTO 407

1 Introdução 407

2 A sociedade de informação e a ampliação da memória 408

3 O direito à autodeterminação informativa 413

4 O consentimento no tratamento de dados pessoais pelo Poder Público 417

5 Conclusão 423

Referências..... 424

A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS COMO FATOR GERADOR DE DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RONNY CHARLES LOPES DE TORRES, DAVIDSON LOPES SOUSA DE BRITO..... 427

Introdução 427

2 A Lei Geral de Proteção de Dados e os contratos administrativos 429

3 Reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos..... 432

4 As obrigações impostas pela LGPD como fator gerador de desequilíbrio econômico do contrato 435

5 Conclusão 438

LIMITES AO COMPARTILHAMENTO DE DADOS SOB O PRISMA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

SANDRO TOMAZELE 439

Compartilhamento de dados..... 439

Compartilhamento de dados por órgãos e entidades públicos..... 440

Funções, papéis e responsabilidades relacionados ao compartilhamento de dados 441

Boas práticas de segurança da informação para o compartilhamento de dados..... 443

Desafios ao compartilhamento seguro de dados..... 445

A FUNÇÃO DO ESTADO NA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E SEGURANÇA PÚBLICA

SÓLON CÍCERO LINHARES, LUIZ HENRIQUE CARDELLI 449

1 Introdução 449

2 O conceito de dados pessoais e o bem jurídico tutelado pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) 451

3 A relevância dos dados pessoais no contexto da criminalidade de *powerful*..... 454

4 A importância dos dados pessoais para a investigação criminal e políticas de segurança pública..... 456

5 A proteção dos dados pessoais à luz dos princípios constitucionais penais..... 459

6 Os modelos de proteção de dados..... 461

7 A proteção de dados no Direito Comparado 461

7.1	A proteção de dados da União Europeia.....	462
7.2	A proteção de dados no Direito norte-americano	463
8	Os limites do Estado na utilização dos dados pessoais para investigação criminal e políticas de segurança pública	464
9	Conclusão	465
	Referências.....	466

O TELETRABALHO E O “NOVO NORMAL” NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: BALANÇO ENTRE A REDUÇÃO DE CUSTOS E OS RISCOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
WALTER CUNHA, BRUNO AFFONSO, JULIANA LEGENTIL		469
1	Introdução	469
2	Discussão sobre <i>BYOD</i> e <i>BYOD</i> invertido.....	472
3	Análise de cenários e implicações	472
3.1	Arranjo A1: equipamentos, conexão e aplicações por conta do trabalhador	472
3.2	Arranjo A2: equipamentos e conexão por conta do trabalhador, aplicações por conta do empregador	474
3.3	Arranjo A3: equipamentos e aplicações por conta do empregador, conexão do trabalhador.....	475
3.4	Arranjo A4: equipamentos, aplicações e conexão por conta do empregador	477
4	Conclusão	478
	Referências.....	479
SOBRE OS AUTORES.....		481